

COMÉRCIO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NO MERCOSUL

Maria Auxiliadora de Carvalho¹

1 - INTRODUÇÃO

Quando foram dados os passos iniciais para a consolidação do MERCOSUL, a grande preocupação dos três parceiros no bloco era a crença na superioridade da indústria brasileira, com receio de seu domínio nos mercados, que poderia inviabilizar a sustentação de sua própria indústria. Da parte brasileira, o motivo de maior preocupação era a agropecuária, que poderia se colocar em desvantagem após a abertura do comércio aos membros do bloco.

Superadas muitas das dificuldades iniciais, se ainda não se tem um mercado comum, já se tem consolidada uma união aduaneira para a maior parte dos produtos, que provocou crescimento acelerado do comércio intra-MERCOSUL. Pela teoria das vantagens comparativas aprendeu-se que cada país tem benefícios com a liberdade de comércio se exportar os produtos que é capaz de produzir com custo relativamente menor, e importar aqueles cujos custos domésticos são comparativamente mais elevados.

A teoria clássica conclui que o livre comércio é preferível porque o protecionismo gera ineficiência e perda de bem-estar. Como a integração econômica envolve livre comércio entre os signatários do acordo e protecionismo para com os demais países, o resultado em termos de bem-estar é incerto, podendo acontecer de as perdas superarem os ganhos.

Na etapa inicial de entusiasmo com a formação de blocos, apregoava-se que a liberalização, mesmo que discriminatória e para poucos países, contribuiria para gerar ganhos de comércio e conseqüente aumento do bem-estar mundial. Foi Jacob Viner quem, em 1950, desenvolveu os conceitos de criação e desvio de comércio e, com isso, alertou para a possibilidade de se ter um saldo líquido negativo em decorrência da manutenção do protecionismo para com os não signatários do acordo (VINER, 1950).

A integração entre os sócios do MER-

COSUL ainda é incipiente para se proceder a uma avaliação precisa dos ganhos ou perdas dos diferentes sócios. O Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL, foi firmado em 26/03/1991, mas sua plena consolidação está prevista para 2006, quando até mesmo os produtos considerados "sensíveis" estarão submetidos a idêntico regime comercial em todos os Estados Partes².

Além disso, quando da assinatura do Tratado, os principais países membros ainda passavam por uma etapa de grande instabilidade econômica, em que o processo inflacionário era considerado o problema mais grave. A Argentina foi o primeiro país a vencer a inflação, com a adoção de um plano econômico em maio de 1991. O Brasil só veio a ter semelhante sucesso a partir de julho de 1994, com o Plano Real.

Embora com variações, em ambos os casos a estabilidade foi conquistada através da âncora cambial que implicou valorização das moedas e perda de competitividade no mercado internacional³. Dadas essas mudanças fundamentais na condução da política macroeconômica, com fortes implicações sobre o comércio internacional, torna-se difícil isolar os efeitos da formação do MERCOSUL sobre o desempenho comercial dos países membros.

A despeito dessas dificuldades, as informações disponíveis levam a concluir que o Brasil foi relativamente mais eficiente nas trocas com os sócios no MERCOSUL que com o resto do mundo⁴.

Inicialmente, destaque-se que, em decorrência da abertura comercial, seguida de valorização da moeda brasileira após o Plano Real, as importações tiveram crescimento sem prece-

²Bens de capital e de informática e os da indústria química são considerados produtos "sensíveis" em razão da diversidade de estruturas produtivas dos países.

³Em meados de janeiro de 1999, o Brasil foi forçado a abandonar a âncora cambial e deixar flutuar sua moeda, o que provocou forte desvalorização do Real.

⁴Por resto do mundo, entendem-se todos os países, excusive os membros do MERCOSUL: Argentina, Paraguai e Uruguai.

¹Economista, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

dentos. As exportações também cresceram, mas a um ritmo muito mais lento⁵.

O que permite concluir pela maior eficiência brasileira no comércio intra-MERCOSUL são as diferenças observadas no ritmo de crescimento de exportações e importações quando comparadas com o resto do mundo. Tomando-se por base 1992, primeiro ano após o Tratado de Assunção, verifica-se que a receita das exportações brasileiras destinadas ao MERCOSUL cresceu 117% até 1998. No mesmo período, as exportações para o resto do mundo tiveram expansão de apenas 33%. Isso significa que o crescimento das exportações para o MERCOSUL foi igual a 3,5 vezes o das exportações para o resto do mundo.

No caso das importações, a diferença de desempenho foi menor: o crescimento do valor das compras no MERCOSUL foi igual ao dobro do crescimento das compras no resto do mundo. Entre 1992 e 1998, verificou-se expansão de 323% nas despesas realizadas no MERCOSUL e de 163% nas realizadas no resto do mundo.

Como a diferença no crescimento das importações foi bem menor que das exportações, pode-se inferir que o agravamento da vulnerabilidade externa da economia brasileira, que sucedeu o Plano Real, não se deveu a seu fraco desempenho diante dos parceiros no MERCOSUL. Pelo contrário, o maior crescimento das exportações para os sócios no bloco até contribuiu um pouco para amenizar a gravidade do problema.

Essas considerações iniciais têm por objetivo lembrar que os maiores problemas do Brasil na atualidade ultrapassam as fronteiras do MERCOSUL, e esse é um aspecto que não pode ser negligenciado. No entanto, passados alguns anos da assinatura do Tratado de Assunção, é de se supor que tenha provocado mudanças significativas no fluxo de comércio recíproco.

O propósito deste trabalho é analisar o desempenho comparativo da agricultura brasileira no comércio intra-MERCOSUL. Tomou-se como hipótese que os parceiros comerciais brasileiros são mais eficientes na produção agropecuária,

logo, a integração deve ter resultado em criação de comércio nesse setor. Aproveita-se a oportunidade para divulgar dados sobre o comércio brasileiro, que podem ser úteis para quem se dispuser a desenvolver outras análises.

2 - CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO

Os conceitos de criação e desvio de comércio, desenvolvidos por VINER (1950), são utilizados para avaliar os ganhos ou perdas em eficiência decorrentes da integração econômica. Ocorre criação de comércio quando a produção local, mais ineficiente, passa a ser substituída pela do parceiro, mais eficiente. Com a formação do bloco, a remoção das barreiras comerciais faz com que o preço do produto, que antes era produzido internamente, fique maior que o do parceiro, resultando em importação. Disso se conclui que a criação de comércio é a parte positiva da integração, porque gera aumento da eficiência na alocação de recursos entre os países sócios.

A parte negativa acontece quando a produção socialmente mais barata do resto do mundo é substituída pela produção do país sócio. A isso Viner denominou desvio de comércio. A troca de fornecedores se dá porque a abertura é parcial.

Se antes da integração um determinado produto era importado de um país qualquer, significa que esse país era eficiente na sua produção, o bastante para superar as barreiras comerciais. O desvio de comércio acontece se a remoção das barreiras torna o produto do parceiro mais barato, e passa a substituir a produção mais eficiente.

A ocorrência de criação ou desvio de comércio depende dos preços dos produtos nos diferentes países e da dimensão das barreiras alfandegárias. Se antes da integração o preço do produto doméstico (P_d) for menor que o do parceiro (P_p) acrescido de tarifa e ainda menor que o dos demais países (P_w), também com tarifa, a integração inverte a relação entre o preço interno e o do parceiro, gerando criação de comércio (Tabela 1).

Se, incluindo tarifas, o preço das nações externas ao acordo for o menor de todos, seguido pelo do sócio no bloco, e sendo o preço doméstico o mais caro de todos, a remoção das barreiras após a integração desloca o preço dos

⁵De cerca de US\$20,5 bilhões em 1992, as importações chegaram ao pico de US\$61,4 bilhões em 1997. No mesmo período as exportações passaram de US\$35,8 bilhões para US\$53 bilhões. A balança comercial apresentou déficit a partir de 1995, atingindo o pico de US\$8,4 bilhões em 1997.

TABELA 1- Resumo dos Efeitos da Integração sobre o Mercado Doméstico

Efeito	Antes	Depois	Conseqüências
Criação de comércio	$\text{Se : } P_d < P_p (1 + t) < P_w (1 + t)$ Então: produção doméstica	$\text{Se : } P_p < P_d < P_w (1 + t)$ Então: importação do parceiro	Consumo: aumenta Preço: diminui Importação: aumenta Produção: diminui
Desvio de comércio	$\text{Se : } P_w (1 + t) < P_p (1 + t) < P_d$ Então: importação do resto do mundo	$\text{Se : } P_p < P_w (1 + t) < P_d$ Então: importação do parceiro	Consumo: aumenta Preço: diminui Importação: aumenta Receita pública: diminui

onde:

P_d = preço do produto produzido no mercado doméstico;

P_p = preço do produto produzido no mercado do parceiro;

P_w = preço do produto produzido no resto do mundo; e

t = alíquota da tarifa de importação.

não-sócios para último lugar, criando desvio de comércio (Tabela 1).

Ressalte-se que, em ambos os casos, o preço cai, logo aumenta a importação e o consumo, favorecendo o consumidor. O que leva o economista a considerar a criação de comércio como benefício e o desvio como custo é a questão da eficiência econômica. No caso de desvio de comércio o produtor externo à união (mais eficiente) é substituído pelo parceiro (menos eficiente). Isso provoca redução do bem-estar do país porque, embora o consumidor pague menor preço, o país como um todo paga mais do que antes pelo produto. As perdas de receita tributária excedem os ganhos dos consumidores.

No caso de criação de comércio, o produtor doméstico (menos eficiente) é substituído pelo parceiro (mais eficiente). Quem perde é o produtor doméstico porque deixa de vender. No entanto, naqueles produtos que o país tem vantagem comparativa em relação ao sócio na integração, ele é o beneficiado, porque aumenta suas exportações.

O saldo final da integração para determinado país é incerto. No exemplo mostrado na tabela 1, considera-se apenas um produto, mas as relações econômicas entre os parceiros de um bloco envolvem uma infinidade deles. Se houver mais criação que desvio de comércio há aumento do bem-estar, e redução em caso contrá-

rio⁶.

Admitindo-se a hipótese que o Brasil é menos eficiente na produção agropecuária, a integração deve levar à substituição da produção local pela dos sócios no MERCOSUL e, embora isso contribua para o aumento do bem-estar do conjunto dos países do bloco, os agricultores brasileiros perderiam mercado para seus produtos.

3 - DESEMPENHO BRASILEIRO NO COMÉRCIO INTRA-MERCOSUL

No período 1992-98, a participação média dos países do MERCOSUL no total das exportações brasileiras foi de 14,6% contra participação de 14,2% nas importações totais. Isso mostra um relativo equilíbrio na balança comercial do país para com os sócios.

No entanto, do confronto das informações do comércio de produtos agropecuários⁷,

⁶Quando os países se unem em bloco e adotam política protecionista para com terceiros, com vistas ao desenvolvimento da indústria local, o desvio de comércio é considerado positivo, pois aumenta a produção do bloco, em conjunto. A criação de comércio é negativa para o país que deixa de produzir para importar do parceiro (MAGALHÃES, 1994; CASTRO; SOUZA, 1993).

⁷Por produtos agropecuários entendem-se aqueles listados na tabela 9.

constata-se enorme disparidade. Nesse mercado, a dependência de divisas procedentes do MERCOSUL, na média do período 1992-98, foi de apenas 6,9% enquanto 46,6% das importações brasileiras foram originárias de seus parceiros no bloco. Esses percentuais refletem a maior importância relativa da agropecuária como geradora de divisas para a Argentina, Paraguai e Uruguai, nas trocas com o Brasil.

Os dados mostram que, nesse período, houve crescimento expressivo do comércio brasileiro no MERCOSUL mas, contrariamente ao que era de se esperar, as exportações agropecuárias cresceram muito mais que as importações. Comparando-se 1992 a 1998, observa-se que a participação dos membros do MERCOSUL nas exportações agropecuárias brasileiras passou de 5,3% para 8,4%, com crescimento de quase 60%. Em contrapartida, as importações, que representavam 48,3% em 1992, atingiram 52,3% em 1998, mostrando evolução inferior a 10% no período (Tabela 2).

Quando se analisa o comércio intra-bloco por origem e destino, verifica-se que a Argentina é o país de maior importância relativa para o Brasil, nos dois casos. Entre 1992 e 1998, absorveu, em média, 71,3% das exportações brasileiras para o MERCOSUL e deu origem a 81,6% das importações. A participação do Paraguai é maior como mercado para os produtos brasileiros (média de 16,8% no período) que como exportador (média de 6,8%). O Uruguai mostrou relação comercial relativamente equilibrada com o Brasil, constituindo, em média, cerca de 12% da origem e destino do comércio brasileiro para o MERCOSUL, no período 1992-98.

Acrescente-se que a Argentina ampliou sua participação no mercado brasileiro. Em 1992, absorveu 77,7% das despesas brasileiras com importação no MERCOSUL. Ano a ano, elevou sua participação até chegar a 85,2% em 1998. Quem mais perdeu espaço para esse avanço da Argentina foi o Paraguai, cuja participação era de 8,7% e caiu para 3,7% entre esses anos. A participação do Uruguai também declinou, mas em percentual menos expressivo, de 13,5% em 1992 chegou a 11,1% em 1998 (Tabela 3).

A idéia deste trabalho é avaliar o desempenho relativo da agropecuária brasileira no comércio intra-MERCOSUL e tentar identificar algumas causas das mudanças que

aconteceram após o início da implementação do Tratado de Assunção. O início desta análise é dedicado a apresentar indicadores do desempenho histórico dos países membros do MERCOSUL no comércio internacional de produtos agrícolas.

3.1 - Competitividade do MERCOSUL no Mercado Internacional de Produtos Agrícolas⁸

Uma das maneiras de se avaliar a competitividade de um país nas trocas internacionais é comparar seu desempenho com o dos demais países no mercado do produto em questão. BALASSA (1977) deu a isso o nome de competitividade revelada.

Neste tópico são empregados dois indicadores de competitividade revelada para comparar o desempenho dos países membros do MERCOSUL no mercado internacional de produtos agrícolas. Esses indicadores foram propostos por VOLLRATH (1989) e são denominados vantagem relativa na exportação (VRE) e competitividade revelada (CR)⁹.

Quando o resultado desses indicadores é positivo, o país revela competitividade nas trocas internacionais do produto em questão e, quanto mais elevado o indicador, maior a vantagem do país nesse mercado.

Os resultados obtidos com o emprego dos dois indicadores, VRE e CR, mostram que a agropecuária Argentina revelou competitividade superior a do Brasil ao longo de todo o período 1961-97. Até o início dos anos setentas, o Brasil encontrava-se predominantemente em segundo lugar. Daí em diante, foi ultrapassado pelo Paraguai e, no final da década, também pelo Uruguai. De 1980 até 1997, a agropecuária brasileira colocou-se em último lugar em termos de competitividade (Figuras 1 e 2).

⁸Os resultados apresentados neste tópico foram obtidos a partir dos dados agregados pela FAO sob a categoria Produtos Agrícolas, Total.

⁹VRE e CR constituem aperfeiçoamentos do indicador proposto por BALASSA (1977) para avaliação da competitividade revelada pelo comércio.

Vantagem Relativa na Exportação (VRE)

$$VRE_{ki} = \ln \left[\frac{X_{ki} / X_{kr}}{X_{mi} / X_{mr}} \right]$$

onde: X = exportação; k = produto agropecuário; m = todos os demais produtos; i = país; r = todos os demais países

Interpretação:

$VRE_{ki} > 0$: o país i revela vantagem na exportação de produtos agropecuários.

$VRE_{ki} < 0$: o país i revela desvantagem na exportação de produtos agropecuários.

$VRE_{ki} = 0$: não há vantagem ou desvantagem.

Competitividade Revelada (CR)

$$CR_{ki} = \ln \left[\frac{X_{ki} / X_{kr}}{X_{mi} / X_{mr}} \bigg/ \frac{M_{ki} / M_{kr}}{M_{mi} / M_{mr}} \right]$$

onde: M = importação

Interpretação:

$CR_{ki} > 0$: o país i revela vantagem no comércio de produtos agropecuários.

$CR_{ki} < 0$: o país i revela desvantagem no comércio de produtos agropecuários.

$CR_{ki} = 0$: não há vantagem ou desvantagem.

**TABELA 2 - Participação do MERCOSUL no Comércio Exterior Brasileiro, 1992-98
(em porcentagem)**

Ano	Total		Agropecuária	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1992	11,4	10,8	5,3	48,3
1993	14,0	13,4	7,1	43,2
1994	13,6	13,9	6,0	45,1
1995	13,2	13,7	6,5	42,4
1996	15,3	15,5	7,3	46,1
1997	17,1	15,8	7,4	48,8
1998	17,4	16,4	8,4	52,5
Média	14,6	14,2	6,9	46,6

Fonte: Departamento de Operações do Comércio Exterior da Secretaria do Comércio Exterior (DECEX/SECEX).

**TABELA 3 - Participação no Comércio Brasileiro com o MERCOSUL, 1992-98
(em porcentagem)**

Ano	Exportação			Importação		
	Argentina	Paraguai	Uruguai	Argentina	Paraguai	Uruguai
1992	74,2	13,3	12,5	77,7	8,7	13,5
1993	67,9	17,7	14,4	80,4	8,2	11,4
1994	69,8	17,8	12,4	79,9	7,7	12,4
1995	65,7	21,1	13,2	81,7	7,5	10,8
1996	70,8	18,1	11,1	82,1	6,7	11,3
1997	74,8	15,6	9,6	84,5	5,4	10,1
1998	76,0	14,1	9,9	85,2	3,7	11,1
Média	71,3	16,8	11,9	81,6	6,8	11,5

Fonte: Departamento de Operações do Comércio Exterior da Secretaria do Comércio Exterior (DECEX/SECEX).

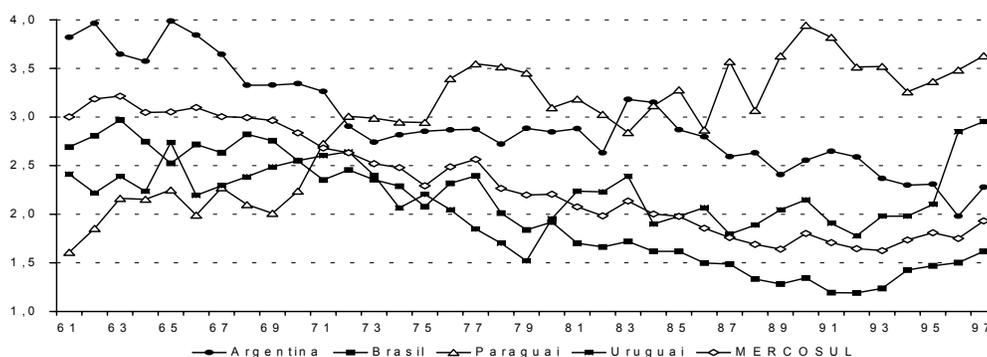


Figura 1 - Vantagem Relativa na Exportação Agropecuária, MERCOSUL, 1961-97.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

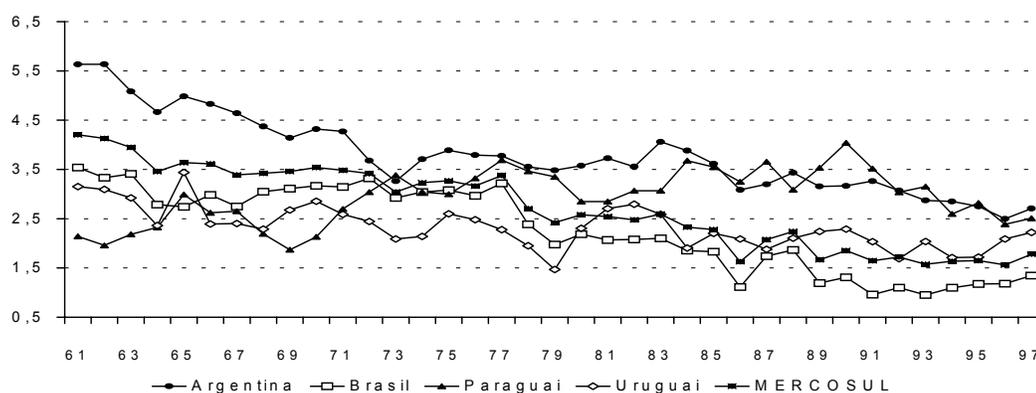


Figura 2 - Competitividade Revelada pela Agropecuária, MERCOSUL, 1961-97.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Observe-se que, a partir de 1969, o Brasil foi o grande responsável pela perda de vantagem relativa na exportação agropecuária do MERCOSUL. Até 1984 isso pode ser explicado pela maior expansão das exportações de produtos industriais¹⁰. Daí em diante, o País passou a um período de declínio da participação destes produtos no comércio mas, a despeito disso, a agropecuária manteve a tendência de perda da competitividade. O ponto de mínimo foi atingido

entre 1991 e 1992 e, a partir daí, o setor mostrou sensível recuperação (Figura 1).

Dentre os membros do MERCOSUL, o Paraguai foi o único que apresentou crescimento significativo na vantagem relativa na exportação agropecuária. Neste caso, no entanto, a razão é exatamente inversa à do Brasil. Os dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostram que, de 1961 a 1970, cerca de 1/3 das exportações paraguayas tinham origem fora do setor agrícola. Na década de 70, a participação desses produtos caiu para 1/5 e, daí até o final da série, houve alguma recuperação, passando para participação de cerca de 1/4 das exportações paraguayas. Disso conclui-se que parte da vantagem relativa nas exportações obtida pela agropecuária deste país pode ser atri-

¹⁰Nessa etapa crescia a participação dos produtos industriais nas exportações brasileiras. Como a expressão algébrica do cálculo dos indicadores determina a razão entre o comércio de produtos agropecuários e o dos demais produtos, o aumento da participação dos outros produtos resultou em redução dos indicadores, revelando perda de competitividade da agropecuária brasileira.

buída à piora no desempenho da indústria, e não a melhorias na atividade agropecuária (Figura 1).

O coeficiente CR difere de VRE porque inclui também as importações, constituindo-se em medida agregada das vantagens comparativas do país. Quando se comparam os resultados obtidos por este coeficiente para os diferentes países do MERCOSUL, constata-se que, mais uma vez, é a Argentina que se sobressai. Note-se que, entre 1961 e 1962, a agropecuária argentina revelou competitividade muito elevada (CR = 5,6). Seguiu-se um período de declínio, até 1973 (CR = 3,3). Nos dez anos seguintes houve certa recuperação e, em média, CR se situou em torno de 3,7. Posteriormente, a competitividade da agropecuária argentina voltou a apresentar declínio, fechando a série com o indicador em torno de 2,5 (Figura 2).

Observe-se que, após 1973, a Argentina alternou com o Paraguai o primeiro e segundo lugares em termos de competitividade revelada pela agropecuária. O Brasil, que no início dos anos sessentas colocava-se em segundo lugar com CR próximo de 3,5, perdeu competitividade e, a partir da década de 80, passou a ocupar a última posição dentre os membros do MERCOSUL, apresentando CR próximo de 1.

Na década de 90, e em particular após o Plano Real, houve certa recuperação da competitividade revelada pela agropecuária brasileira. No entanto, isso mais se deveu ao declínio da participação dos demais produtos nas exportações do que ao crescimento da agropecuária. Nesta etapa, com a valorização da moeda nacional, o País passou por uma fase de rápido crescimento das importações e declínio das exportações, resultando em crescentes déficits comerciais. A agropecuária contribuiu para amenizar esta evolução dos déficits.

De 1992 a 1998, as exportações brasileiras cresceram a uma taxa de 6,6% a.a. enquanto as importações evoluíram 21,0% a.a. O desempenho da agropecuária foi bem melhor: as exportações cresceram 9,1% a.a. contra expansão de 19,9% a.a. nas importações (Tabela 4).

O interessante é que foi exatamente nesta fase que se consolidou o MERCOSUL, que implicou acelerado crescimento das trocas intra-regionais. Observe-se que as exportações brasileiras para o MERCOSUL apresentaram taxa de crescimento igual a 2,5 vezes a do resto do mundo (13,6% a.a. para o MERCOSUL e 5,5% a.a.

para os demais países). As importações procedentes do MERCOSUL também tiveram crescimento mais acelerado que as destinadas aos demais países. A diferença entre as taxas de crescimento, no entanto, foi menor: cerca de 43%. Esses números mostram que, além da agropecuária, o MERCOSUL também foi importante para arrefecer a gravidade da crise brasileira no balanço de pagamentos que sucedeu o Plano Real (Tabela 4).

É importante destacar que, apesar do expressivo incremento do comércio entre os membros do MERCOSUL após o Tratado de Assunção, no conjunto, esse bloco teve redução de sua quota nas receitas de exportação mundiais. Veja-se que de uma participação média de 1,56% das exportações totais na década de 80, caiu para 1,41% entre 1991 e 1997¹¹. Por outro lado, observa-se que, no mesmo período, o bloco expandiu sua quota nas importações, de 1,03% para 1,40% (Tabela 5).

Acrescente-se que os anos noventas foram marcados pela abertura dos mercados ao comércio internacional, condição imposta para renegociação da dívida externa dentro do Plano Brady. Ao que parece isso teve como consequência o aumento das importações, mas não foi acompanhado por expansão das exportações de produtos dos membros do bloco em outros mercados.

O declínio da participação nas exportações totais decorreu, predominantemente, do comércio de produtos agrícolas. Na média, na década de 80, o bloco contribuiu com 6,26% do total mundial e, entre 1991-97, passou a participar com 5,54%. Note-se que o Brasil foi o País que mais contribuiu para esse fraco desempenho da agropecuária, pois sua contribuição às exportações mundiais declinou de 3,66% para 2,99% (Tabela 5).

Quanto às importações, os dados da FAO permitem constatar que todos os membros do MERCOSUL apresentaram aumento da participação no total mundial entre as décadas de 80 e 90. O interessante é que o crescimento foi muito maior no caso dos produtos agropecuários que dos demais (Tabela 5). Isso significa que, apesar das reconhecidas vantagens no comércio

¹¹O único país do bloco que mostrou crescimento da participação nas exportações mundiais foi a Argentina, que passou da média de 0,36% na década de 1980 para 0,40% entre 1991-97.

TABELA 4 - Taxa Anual de Crescimento do Comércio Exterior Brasileiro, 1992-98

Item	(% a.a.)		
	MERCOSUL	Demais países	Total
Exportação total	13,6	5,5	6,6
Importação total	28,5	19,9	21,0
Exportação agropecuária	15,8	8,7	9,1
Importação agropecuária	21,2	16,9	19,9

Fonte : Elaborada a partir de dados básicos do DECEX/SECEX.

TABELA 5 - Participação do MERCOSUL no Comércio Internacional, por Década, 1961-97

País	Agropecuário				Outros produtos				Total			
	1961-70	1971-80	1981-90	1991-97	1961-70	1971-80	1981-90	1991-97	1961-70	1971-80	1981-90	1991-97
Porcentagem das exportações												
Argentina	3,11	2,42	2,21	2,18	0,09	0,14	0,14	0,22	0,70	0,45	0,36	0,40
Brasil	3,30	4,05	3,66	2,99	0,23	0,51	0,83	0,75	0,86	0,98	1,12	0,95
Paraguai	0,08	0,11	0,16	0,16	0,01	0,00	0,01	0,00	0,02	0,02	0,02	0,02
Uruguai	0,33	0,20	0,23	0,22	0,03	0,03	0,03	0,02	0,09	0,05	0,05	0,04
MERCOSUL	6,81	6,78	6,26	5,54	0,36	0,69	1,01	1,00	1,68	1,50	1,56	1,41
Porcentagem das importações												
Argentina	0,23	0,20	0,11	0,27	0,71	0,44	0,23	0,44	0,61	0,41	0,21	0,43
Brasil	0,62	0,80	0,65	1,10	0,88	1,34	0,76	0,85	0,82	1,26	0,75	0,87
Paraguai	0,02	0,02	0,03	0,09	0,02	0,02	0,03	0,04	0,02	0,02	0,03	0,05
Uruguai	0,07	0,06	0,04	0,07	0,10	0,07	0,05	0,05	0,09	0,07	0,04	0,05
MERCOSUL	0,93	1,08	0,83	1,53	1,71	1,87	1,06	1,39	1,55	1,76	1,03	1,40

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da FAO.

agropecuário, na última década a região não foi capaz de se aproveitar dessas vantagens.

3.2 - Comércio Agropecuário Intra-MERCOSUL

Na fase inicial de consolidação do MERCOSUL, as relações econômicas do Brasil com o resto do mundo possibilitavam a realização de saldos comerciais expressivos. Na década de 90, o ano de 1992 apresentou o desempenho mais favorável, ocasião em que o total do comércio brasileiro com o exterior resultou em superávit de US\$15,2 bilhões. Entre 1993 e 1994 houve razoável redução do saldo, passando para

US\$13,3 bilhões e US\$10,5 bilhões, respectivamente.

A situação, de preocupante, passou a dramática a partir de 1995, período em que o País passou a registrar expressivos déficits comerciais. De US\$3,3 bilhões em 1995, passou para US\$5,5 bilhões no ano seguinte e atingiu o pico de US\$8,5 bilhões em 1997. Em 1998, o déficit caiu para US\$6,4 bilhões (Tabela 6).

No comércio de produtos agropecuários, no entanto, o desempenho brasileiro foi bem mais favorável. De 1992 a 1998, o crescimento das exportações foi maior e o das importações menor que o do comércio total. O resultado é que o setor gerou superávits, indicando a importância

TABELA 6 - Comércio Brasileiro de Produtos Agropecuários e Total, 1992-98

(US\$ milhão)

Ano	Total			Agropecuária		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1992	35,793	20,554	15,239	12,272	2,821	9,451
1993	38,555	25,256	13,299	13,157	3,981	9,176
1994	43,545	33,079	10,466	16,649	5,440	11,209
1995	46,506	49,972	-3,466	18,551	8,123	10,428
1996	47,747	53,301	-5,554	18,733	8,435	10,298
1997	52,986	61,445	-8,460	21,013	8,198	12,815
1998	51,120	57,529	-6,409	19,510	7,601	11,908

Fonte: DECEX/SECEX.

da agricultura para enfrentamento da crise do balanço de pagamentos.

O comércio com os sócios do MERCOSUL foi favorável ao Brasil do início da implantação do bloco até 1994. O máximo superávit comercial foi atingido em 1993 (US\$2,0 bilhões). De 1995 em diante, o saldo comercial passou a apresentar déficits que chegaram a cerca de US\$1 bilhão em 1996 (Tabela 7).

No comércio de produtos agropecuários, no entanto, em todo o período 1992-98, o Brasil apresentou déficit com o MERCOSUL, mesmo na fase em que ainda não havia o problema da valorização do real. O máximo foi atingido em 1996, quando chegou a US\$2,5 bilhões. Nos anos seguintes houve certa melhoria nas trocas com os parceiros no bloco e o déficit caiu para US\$2,3 bilhões em 1998 (Tabela 7).

Quando se analisa a participação dos produtos agropecuários no comércio brasileiro com os membros do MERCOSUL, observa-se que, contrariamente ao esperado, as exportações agropecuárias para o MERCOSUL cresceram mais que as importações. Em 1992, representavam 15,8% do total exportado para o bloco, enquanto as importações correspondiam a 61,1%. Em 1998, esses percentuais passaram para 18,4% e 42,3%, respectivamente (Tabela 8).

Maior crescimento da participação das exportações agropecuárias também é observado no comércio com os países não membros do bloco. De 36,7% da receita de exportações, em 1992, foi elevada para 44,3% em 1997, caindo para 42,3% no ano seguinte. Disso se conclui

que o desempenho da agropecuária brasileira nas vendas para o MERCOSUL e para o resto do mundo, no período analisado, não apresentou divergências de tendência.

O curioso é a grande diferença na evolução das importações procedentes dos membros do bloco e dos demais países. A importância relativa das importações agropecuárias dos demais países era pequena, 8,0% do total importado em 1992, cresceu nos anos seguintes, até atingir o máximo de 10,8% em 1995 e passou a declinar em seguida (Tabela 8).

Quando se observa a participação da agropecuária nas importações procedentes dos sócios do MERCOSUL, no entanto, constata-se queda significativa. Em 1992, os países do bloco contribuíram com 61,1% das importações brasileiras de produtos agropecuários. Em 1998 esse percentual caiu para 42,3%. Essa queda se deve à enorme diferença de evolução das importações quando se comparam produtos agropecuários com os demais. Entre 1992 e 1998, as importações agropecuárias cresceram de US\$1,4 bilhão para US\$4,0 bilhões e não chegaram a triplicar. Já as importações dos demais produtos foram multiplicadas por seis no período: evoluíram de US\$867 milhões em 1992 para US\$5,4 bilhões em 1998.

Essa diferença de desempenho parece indicar que a remoção das barreiras entre os membros do bloco acabaram por produzir efeito contrário ao esperado a princípio. As supostas vantagens brasileiras no comércio de produtos industriais não se manifestaram no período estudado. Pelo contrário, o País mostrou crescimento

TABELA 7 - Comércio Brasileiro de Produtos Agropecuários e Total com o MERCOSUL, 1992-98

(US\$ milhão)

Ano	Total			Agropecuária		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1992	4,097	2,229	1,869	649	1,361	-712
1993	5,387	3,378	2,009	932	1,721	-789
1994	5,921	4,583	1,338	1,003	2,452	-1,449
1995	6,154	6,844	-690	1,205	3,445	-2,240
1996	7,305	8,267	-962	1,362	3,890	-2,528
1997	9,044	9,709	-665	1,556	3,999	-2,444
1998	8,877	9,423	-546	1,637	3,991	-2,353

Fonte: DECEX/SECEX.

TABELA 8 - Participação da Agroindústria no Comércio Exterior Brasileiro, 1992-98

Ano	MERCOSUL			Demais países			Total		
	X ¹	M ¹	CE ²	X ¹	M ¹	CE ²	X ¹	M ¹	CE ²
1992	15.8	61.1	0.26	36.7	8.0	4.60	34.3	13.7	2.50
1993	17.3	51.0	0.34	36.9	10.3	3.57	34.1	15.8	2.17
1994	16.9	53.5	0.32	41.6	10.5	3.97	38.2	16.4	2.32
1995	19.6	50.3	0.39	43.0	10.8	3.96	39.9	16.3	2.45
1996	18.6	47.0	0.40	43.0	10.1	4.26	39.2	15.8	2.48
1997	17.2	41.2	0.42	44.3	8.1	5.46	39.7	13.3	2.97
1998	18.4	42.3	0.44	42.3	7.5	5.64	38.7	13.2	2.89

¹ X = porcentagem referente à exportação; M = porcentagem referente à importação.

² CE = coeficiente de exportação agropecuária.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do DECEX/SECEX.

das vantagens no comércio de produtos agropecuários.

As informações, para o período 1992-98, foram consolidadas pelo coeficiente de exportação agropecuária, calculado pela seguinte expressão:

$$CE_a = \frac{X_{ai} / X_{gi}}{M_{ai} / M_{gi}}$$

onde:

X = exportação; M = importação; a = produto agropecuário; g = todos os produtos; i = destino/origem do comércio.

O resultado do cálculo para o MERCOSUL mostra crescimento do coeficiente ao

longo do período 1992 e 1998, passando de 0,26 para 0,44. Esses números expressam a razão entre importância relativa das exportações e das importações agropecuárias no comércio exterior brasileiro e significam que esse setor aumentou sua participação nas vendas enquanto reduziu nas compras procedentes do MERCOSUL (Tabela 8).

Quando se comparam os coeficientes obtidos para o MERCOSUL aos referentes ao comércio agropecuário com os demais países, encontra-se enorme disparidade. Em 1992, por exemplo, o coeficiente de exportação obtido foi 0,26 no comércio com os membros do MERCOSUL e 4,60 para com os demais países. Isso decorre da diferença de importância relativa da agropecuária nas exportações e importações brasileiras para os dois grupamentos de países.

Os produtos agropecuários têm maior importância relativa nas exportações brasileiras para países não membros do bloco. Em 1992, do total das receitas com exportação para esses países, 37,6% originaram da atividade agropecuária. Nas exportações para os sócios no MERCOSUL, no entanto, a participação da agropecuária foi de apenas 15,8%. Nas importações acontece o contrário. Em termos relativos importam-se mais produtos agropecuários do MERCOSUL que do resto do mundo.

Em resumo, os coeficientes de exportação agropecuária obtidos revelam a maior importância relativa da agropecuária, na obtenção de divisas procedentes de países não sócios e no dispêndio de divisas destinadas aos sócios. Essa é uma característica estrutural do comércio exterior brasileiro. O que é digno de nota são as diferenças na evolução dos coeficientes, observadas nos últimos anos.

Levando-se em conta somente os países não membros do bloco, constata-se que, de coeficiente de exportação agropecuária igual a 4,60 em 1992, caiu para pouco menos de 4,00 nos três anos seguintes, porque as importações agropecuárias procedentes desses países aumentaram sua participação¹². Nos dois últimos anos houve nova reversão nessas importações, que retornaram ao patamar do início da série. Como isso o coeficiente cresceu e, dado que também houve aumento da participação nas exportações, ultrapassou 5. Quando se comparam os extremos da série, o crescimento foi de 22,6% (Tabela 8).

Quando se analisa o coeficiente de exportação agropecuária para o MERCOSUL constata-se nítida tendência crescente. Essa tendência é explicada pela evolução das importações brasileiras procedentes da região¹³. A queda na participação da agropecuária nas importações do bloco foi a maior determinante do crescimento do coeficiente de exportação. A comparação dos extremos do período mostra variação

de 69,2%, ou seja, o triplo do observado no comércio agropecuário com os demais países.

Apesar da menor participação nas importações procedentes do bloco, o comércio de produtos agropecuários¹⁴ resultou em déficits crescentes ao longo do período 1992-97 (Tabela 7). Quando se analisa a contribuição de cada grupo de produtos nesse comércio, verifica-se que atualmente os cereais (NCM 10), leite e laticínios e produtos comestíveis de origem animal (NCM 04) e produtos hortícolas, e plantas comestíveis (NCM 07) são, pela ordem, os grupos de produtos que mais absorveram divisas com importações procedentes do MERCOSUL. Como o Brasil exportou muito pouco desses produtos para o bloco, resultou em déficits elevados. Observe-se que, em 1998, o saldo no comércio de produtos agropecuários foi desfavorável para o Brasil em cerca de US\$2,4 bilhões. Somente no comércio de cereais o déficit foi de US\$1,4 bilhão; os outros dois grupos mencionados, apresentaram déficit de valor superior a US\$300 milhões (Tabela 9).

Dos 37 grupos de produtos agropecuários, somente quinze deles apresentaram saldo comercial favorável para o Brasil e apenas um deles (NCM 24: fumo e seus sucedâneos manufaturados) teve superávit superior a US\$300 milhões, em 1998¹⁵. O segundo maior saldo (US\$290 milhões) coube ao agregado de papel e cartão, obras de pasta celulósica, etc. (NCM 48).

É interessante observar que alguns grupos de produtos registram valores expressivos de importações. Esse é o caso de algodão (NCM 52), carnes e miudezas comestíveis (NCM 02), resíduos da indústria alimentícia e alimentos para animais (NCM 23), açúcares e produtos de confeitaria (NCM 17), madeira, carvão vegetal e obras de madeira (NCM 44) e cacau e suas preparações (NCM 18). É provável que parte dos deslocamentos dos produtos *in natura* seja destinada à industrialização e retorne processada ao país de origem. Esse deve ser o caso do cacau,

¹²De cerca de 8% das importações em 1992, passaram a 10,3% no ano seguinte (Tabela 9).

¹³A participação da agroindústria nas exportações brasileiras para o bloco mostrou grande instabilidade ao longo do período 1992-98, oscilando entre o mínimo de 15,8% em 1992 e 19,6% em 1995. A participação nas importações, no entanto, mostrou nítida tendência decrescente, com exceção de 1994, e explica a tendência de crescimento do coeficiente de exportação.

¹⁴Na tabela 9 encontram-se discriminados os produtos e respectivas classificações NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) enquadrados como produtos agropecuários.

¹⁵Dentre os produtos agropecuários, este é também o grupo de produtos que tradicionalmente mais contribui com divisas para o Brasil no comércio intra-MERCOSUL. Em todo o período 1992-98, colocou-se em primeiro lugar no valor das exportações de produtos agropecuários para o bloco.

TABELA 9 - Comércio de Produtos Agropecuários com o MERCOSUL, Brasil, 1992-98

NCM discriminação	(US\$1.000)		Saldo
	1992		
	Exportação	Importação	
10 - Cereais	580	200,265	-199,684
04 - Leite e latic.; produtos comest. orig. animal	10,544	13,759	-3,215
07 - Produtos hortícolas, plantas, etc., comestíveis	5,072	89,707	-84,635
15 - Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	4,068	68,757	-64,690
11 - Produtos ind. moagem; malte; amidos e féculas; etc.	2,385	441,808	-439,423
03 - Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	6,868	35,984	-29,116
52 - Algodão	37,521	136,726	-99,205
08 - Frutas; cascas de cítricos e melões	28,459	69,760	-41,301
41 - Peles, exc. peleteria e couros	5,266	108,038	-102,772
12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos; etc.	4,014	73,912	-69,899
20 - Prep. de produtos hortíc., de frutas, etc.	24,192	5,720	18,471
01 - Animais vivos	11,049	7,527	3,522
21 - Preparações alimentícias diversas	11,277	1,641	9,636
47 - Pastas de madeira, etc.; desp. e aparas de papel	8,121	2,533	5,588
19 - Prepar. base de cereais, farinhas, etc.	6,791	6,583	208
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	76,187	28,123	48,064
51 - Lã, pelos; fios e tec. de crina	6,616	15,223	-8,607
42 - Obras de couro; artigos de viagem; bolsas; etc.	2,017	888	1,129
05 - Outros produtos origem animal, não especificados	183	967	-784
43 - Peleteria e suas obras; peleteria artificial	21	814	-793
67 - Penas e penugem preparadas e suas obras; etc.	35	-	35
46 - Obras de espartaria ou de cestaria	187	-	187
14 - Mat. p/ trançaria e prod. orig. vegetal n/ espec.	468	15	453
23 - Resíduos das ind. alimentares; alim. p/ animais	2,678	1,676	1,002
50 - Seda	168	33	134
45 - Cortiça e suas obras	611	28	583
06 - Plantas vivas e produtos de floricultura	1,309	0	1,309
53 - Outras fibras text. vegetais; fio de papel, etc.	1,178	830	347
13 - Gomas, resinas e outros sucos e extr. vegetais	1,192	59	1,133
17 - Açúcares e produtos de confeitaria	20,464	5,513	14,951
16 - Preparações: carne, peixe, crust., molusco, etc.	7,485	1,412	6,073
44 - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	24,301	23,286	1,015
18 - Cacau e suas preparações	41,449	476	40,973
22 - Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	47,444	1,586	45,858
09 - Café, chá, mate e especiarias	53,793	1,346	52,447
48 - Papel e cartão; obras de pasta celulósica, etc.	151,780	11,006	140,774
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	43,151	5,270	37,881
Total agropecuária	648,924	1.361,272	-712,348
Total geral	4.097,469	2.229,771	1.867,698

Fonte: DECEX/SECEX.

TABELA 9 - Comércio de Produtos Agropecuários com o MERCOSUL, Brasil, 1992-98

NCM discriminação	(US\$1.000)		(conclusão)
	1998		
	Exportação	Importação	
10 - Cereais	8,535	1,410,839	-1,402,304
04 - Leite e latic.; produtos comest. orig. animal	11,032	360,388	-349,355
07 - Produtos hortícolas, plantas, etc., comestíveis	7,463	310,858	-303,394
15 - Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	23,797	250,108	-226,311
11 - Produtos ind. moagem; malte; amidos e féculas; etc.	5,761	163,252	-157,491
03 - Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	2,731	156,128	-153,397
52 - Algodão	104,738	251,199	-146,461
08 - Frutas; cascas de cítricos e melões	24,139	147,943	-123,804
41 - Peles, exc. peleteria e couros	10,518	92,194	-81,676
12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos; etc.	18,788	71,453	-52,665
20 - Prep. de produtos hortic., de frutas, etc.	38,863	88,770	-49,907
01 - Animais vivos	4,129	47,036	-42,907
21 - Preparações alimentícias diversas	36,291	79,027	-42,737
47 - Pastas de madeira, etc.; desp. e aparas de papel	13,782	50,350	-36,567
19 - Prepar. base de cereais, farinhas, etc.	20,090	42,072	-21,982
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	144,220	165,336	-21,116
51 - Lã, pelos; fios e tec. de crina	9,087	15,270	-6,183
42 - Obras de couro; artigos de viagem; bolsas; etc.	1,849	5,844	-3,995
05 - Outros produtos origem animal, não especificados	1,995	2,871	-876
43 - Peleteria e suas obras; peleteria artificial	5	274	-268
67 - Penas e penugem preparadas e suas obras; etc.	1	71	-70
46 - Obras de espartaria ou de cestaria	66	113	-47
14 - Mat. p/ trançaria e prod. orig. vegetal n/ espec.	554	518	35
23 - Resíduos das ind. alimentares; alim. p/ animais	33,404	33,246	158
50 - Seda	642	284	357
45 - Cortiça e suas obras	807	144	663
06 - Plantas vivas e produtos de floricultura	840	164	676
53 - Outras fibras text. vegetais; fio de papel, etc.	2,587	0	2,587
13 - Gomas, resinas e outros sucos e extr. vegetais	3,523	177	3,345
17 - Açúcares e produtos de confeitaria	53,175	32,131	21,044
16 - Preparações: carne, peixe, crust., molusco, etc.	32,224	11,028	21,196
44 - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	75,677	44,596	31,081
18 - Cacau e suas preparações	86,786	52,098	34,688
22 - Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	52,616	9,468	43,148
09 - Café, chá, mate e especiarias	122,960	6,926	116,033
48 - Papel e cartão; obras de pasta celulósica, etc.	368,818	79,033	289,785
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	314,989	9,339	305,650
Total agropecuária	1.637,480	3.990,545	-2.353,065
Total geral	8.877,102	9.422,982	-545,880

Fonte: DECEX/SECEX.

por exemplo, uma vez que é cultivado em áreas de clima tropical.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem o propósito de divulgar informações recentes sobre o comércio brasileiro e analisar seu desempenho nas trocas de produtos agropecuários com os países do MERCOSUL. A idéia central é que os parceiros no bloco são mais eficientes na produção agropecuária, logo, a integração deveria resultar em criação de comércio.

Não se trata de uma pesquisa que quantifique criação e desvio de comércio. As conclusões a esse respeito são obtidas de maneira indireta, a partir das comparações da competitividade dos membros do bloco no mercado internacional e da evolução do comércio após o Tratado de Assunção.

Por criação de comércio entende-se que, sendo a produção agropecuária brasileira menos eficiente, após a liberalização comercial, passaria a ser substituída por importação procedente dos sócios no MERCOSUL. Isso implica que a integração aumentaria a eficiência na alocação de recursos do bloco, porém geraria perda para os produtores nacionais¹⁶.

Pelo menos para o agregado dos produtos agropecuários, as informações disponíveis não parecem confirmar essa hipótese¹⁷. É fato que a criação do MERCOSUL levou ao aumento acelerado do comércio recíproco. As exportações cresceram e o crescimento das importações foi ainda maior¹⁸. No entanto, quando se analisa o desempenho brasileiro no comércio de produtos

agropecuários, nota-se que as exportações para os sócios no bloco cresceram mais que as demais produtos enquanto as importações cresceram menos.

A participação da agropecuária nas importações procedentes do MERCOSUL apresentou redução significativa, caindo de 61,1% em 1992 para 42,3% em 1998. Já a participação das exportações agropecuárias apresentou oscilação ao longo do período, de um mínimo de 15,8% em 1992 ao máximo de 19,6% em 1995. Com isso, o coeficiente de exportação, que expressa a razão entre importância relativa das exportações e das importações agropecuárias no comércio exterior brasileiro, mostrou nítido crescimento.

No comércio com os demais países, a participação da agropecuária nas exportações mostrou tendência crescente, mas as importações apresentaram instabilidade, crescendo entre 1992-95 e caindo a partir daí. Isso resultou em variabilidade do coeficiente de exportação, que apresentou queda entre 1993-95 e recuperação nos últimos anos da série.

Para o conjunto de todos os países, após o Plano Real, constata-se que a agropecuária manteve participação próxima de 40% nas exportações totais e participação declinante nas importações, de 16,4% em 1994 para 13,2% em 1998. Isso levou ao coeficiente de exportação crescente no período, revelando a importância da agropecuária como geradora e poupadora de divisas nessa etapa em que o Brasil enfrentou graves desequilíbrios na balança comercial.

O curioso é que a agropecuária brasileira *revelou menor desvantagem comparativa* frente ao MERCOSUL, mas *sua vantagem em relação ao resto do mundo diminuiu*. Isso pode ser observado pelos indicadores vantagem relativa na exportação (VRE) e competitividade revelada (CR). Ambos mostram que, de segundo colocado no início da década de 60, a partir do final dos anos setentas, o Brasil ocupou último lugar dentre os membros do MERCOSUL, revelando sua maior desvantagem comparativa nesse mercado.

Acrescente-se que, com exceção do Paraguai, esses indicadores permitem concluir que os países do bloco mostraram tendência de perda de competitividade na agropecuária há muito tempo. Na década de 90, em particular, somente o Paraguai manteve a mesma quota nas exportações observada na década anterior,

¹⁶Naturalmente naqueles produtos em que a liberalização resultasse em aumento das exportações brasileiras, seus produtores seriam os beneficiados.

¹⁷DAVID; NONNENBERG (1998, p.294) desenvolveram essas estimativas para algodão, arroz, bovino, leite, milho e trigo, concluindo que "os valores totais de desvio de comércio são substancialmente inferiores aos de criação de comércio, indicando que, ao menos no que se refere ao Brasil e aos produtos agropecuários, o MERCOSUL ensejou ganhos de bem-estar importantes".

¹⁸Essa evolução desfavorável do comércio brasileiro aconteceu tanto nas trocas com os parceiros do MERCOSUL quanto com os demais países. Esse desequilíbrio se deve particularmente à valorização da moeda nacional no período que sucedeu o Plano Real. A moeda foi desvalorizada em janeiro de 1999.

enquanto os demais apresentaram redução na participação. No conjunto, a parcela do bloco nas exportações agropecuárias mundiais caiu de 6,26% para 5,54% entre as décadas de 80 e 90. Quanto às importações, todos apresentaram incrementos significativos, resultando em crescimento de 0,83% para 1,53% do comércio global.

Para o conjunto de todos os produtos, a Argentina expandiu sua participação nas exportações, o Paraguai manteve sua quota e o Brasil e o Uruguai mostraram redução. Comparando as médias das décadas de 80 e 90, o MERCOSUL teve sua participação reduzida de 1,56% para 1,41% das exportações mundiais. Se se compara o desempenho nas importações, a participação do bloco cresceu de 1,03% para 1,40% nessas décadas, resultado de maiores importações de todos os membros do bloco.

A consolidação do MERCOSUL constituiu um rompimento com o antigo modelo de substituição de importações e opção pela abertura comercial. Os dados observados indicam que, pelo menos por enquanto, não se pode falar em sucesso desse novo modelo. Pelo contrário, resultou em maior exposição dos países aos riscos e incertezas das especulações internacionais.

O MERCOSUL produziu o efeito esperado em termos de expansão do comércio regional. No entanto, a esperada invasão dos produtos industriais brasileiros no mercado dos sócios não aconteceu. Pelo contrário, houve crescimento acelerado de suas importações. Em parte isso se deveu à taxa de câmbio valorizada mas isso não explica as diferenças na evolução entre o comércio agropecuário e o dos demais produtos. Em termos comparativos, o

Brasil teve maiores vantagens nas trocas de produtos agropecuários que dos demais produtos¹⁹.

As mudanças na taxa de câmbio foram importantes, e seus efeitos são bastante evidentes. A fase inicial do MERCOSUL coincidiu com o plano de estabilização da Argentina, que levou à valorização do peso, contribuiu para o aumento das exportações e redução das importações brasileiras, resultando em expressivos superávits comerciais com os parceiros do bloco²⁰.

A adoção do Plano Real, em 1994, também ancorado no câmbio real valorizado, reverteu o fluxo de comércio, provocando déficits comerciais a partir de 1995, tanto para com os parceiros do bloco, como para com o resto do mundo. A mudança no regime cambial brasileiro, em janeiro de 1999, com brusca desvalorização da moeda, alterou os preços relativos a favor do Brasil, e deve, pelo menos, interromper o ritmo acelerado de crescimento das importações. No entanto, como a taxa de câmbio é um preço que intermedia todas as transações com o resto do mundo, não deve afetar diferentemente os setores e, salvo introdução de barreiras comerciais por parte dos parceiros, para amenizar o impacto da desvalorização do real, as tendências observadas até então não devem sofrer alterações.

¹⁹As exportações e importações de produtos agropecuários para o MERCOSUL cresceram, respectivamente, 152% e 193%, entre 1992 e 1998. No comércio dos demais produtos, as taxas de crescimento foram, de 110% e 526%, respectivamente.

²⁰Nessa etapa, apesar dos superávits comerciais, o País registrava déficit nas trocas de produtos agropecuários.

LITERATURA CITADA

BALASSA, Bella. Revealed comparative advantage revisited: an analysis of relative export share of the industrial countries, 1953-1971. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, n.45, p.327-44, 1977.

CASTRO, Antônio B.; SOUZA, Francisco E. P. A tarifa externa comum e o setor de informática. **Boletim de Integração Latino-Americana**, Brasília, n.10, p.1-12, jul./set. 1993.

DAVID, Maria B. A.; NONNENBERG, Marcelo J. B. Mercosul: integração regional e o comércio de produtos agrícolas. In: **A economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. v.1, p.195-313.

MAGALHÃES, João P. A. Integrações econômicas e desenvolvimento. **Boletim de Integração Latino-Americana**, Brasília, n.13, p.24-35, abr./jul. 1994.

VINER, Jacob. **The customs union issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

VOLLRATH, Thomas L. Competitiveness and protection in world agriculture. **Agriculture Information Bulletin**, Washington, n.567, July 1989.

COMÉRCIO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NO MERCOSUL

SINOPSE: *No início da formação do MERCOSUL, havia a preocupação brasileira com as vantagens comparativas dos parceiros no mercado agropecuário. Decorridos vários anos, observou-se crescimento acelerado do comércio intra-MERCOSUL, mas as estatísticas disponíveis mostram que, no agregado, a agropecuária brasileira foi comparativamente mais eficiente que os demais setores da economia.*

Palavras-chave: *MERCOSUL, comércio internacional, agropecuária, competitividade.*

THE BRAZILIAN AGRICULTURAL TRADE IN THE MERCOSUL

ABSTRACT: *At the outset of the establishment of the Mercosul, the Brazilian agricultural section feared its partners' competition within the block, based on the assumption that they had comparative advantages in the agricultural market. Several years later now, an accelerated growth is observed in the Mercosul's intra trade, with the available statistics showing that, from this group, the Brazilian agricultural sector has been comparatively more efficient than the other economic sectors.*

Key-words: *Mercosul, international trade, agriculture and cattle raising, competitiveness.*

Recebido em 09/04/99. Liberado para publicação em 24/05/99.